

RELATÓRIO GERENCIAL

ASSEMBLEIA FISCALIZA

1º SEMESTRE 2024

SECRETARIA DE ESTADO DE CASA CIVIL

Governador do Estado de Minas Gerais
Romeu Zema Neto

Vice-Governador do Estado de Minas Gerais
Mateus Simões de Almeida

Secretário de Estado de Casa Civil
Marcelo Guilherme de Aro Ferreira

Secretário de Estado Adjunto de Casa Civil
Juliano Fisicaro Borges

Secretário Executivo
Fernando Borja Pinto

Superintendente de Relacionamento com o Distrito Federal
Arthur Camata

Superintendente de Relacionamento com Órgãos de Controle Externo
Melissa Costa Alcântara Moraes

Superintendente de Relacionamento Nacional e Internacional
Igor Tameirão de Azevedo

Superintendente Central de Gestão e Captação de Recursos
Cássia Moreira Freitas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1. ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE ESTADO DE CASA CIVIL	5
2. TRABALHO PELOS RAROS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	6
3. REPRESENTAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL.....	9
4. MINAS GERAIS EM DESTAQUE NO CENÁRIO INTERNACIONAL	10
5 CONTRIBUIÇÕES PARA A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	13
6 CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA MINAS GERAIS	13
7. RELACIONAMENTO COM ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO.....	24

INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta as principais ações da Secretaria de Estado de Casa Civil (SCC) entre 2023 e o primeiro semestre de 2024, após a sua criação pelo do Decreto N° 48.628, de 2 de junho de 2023.

A criação da Secretaria de Casa Civil em junho de 2023 surge com o objetivo de auxiliar o Governo do Estado em várias demandas, como por exemplo, a articulação política do Poder Executivo com o Governo Federal, a necessidade do relacionamento institucional do Poder Executivo estadual com os órgãos de controle externo, a captação de recursos de forma centralizada para órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, a assessoria nas relações com autoridades e instituições estrangeiras e no cumprimento da agenda internacional.

Este relatório presta contas de um cenário de criação e consolidação do trabalho da SCC, que sempre visou atingir com seriedade, responsabilidade, equilíbrio e eficiência do gasto público, seus objetivos legais, apresentados no Decreto N° 48.628, de 02/06/2023.

Em relação à ênfase aprovada, as normas do regime de recuperação fiscal não inviabilizam a concessão de revisão geral anual, promoções e progressões de servidores, que caracterizam o crescimento vegetativo da despesa de pessoal do Estado, sendo que sua projeção durante o período do regime consta do cenário base do plano.

Sobre a realização dos concursos, em razão das vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, será possível seguir com aprovações e nomeações que vêm ocorrendo, observadas as vacâncias e o impacto financeiro gerado. São 11 instituições (Ima, Ipsemg, Fundação Clóvis Salgado, AGE, Sef, Polícia Civil, Fundação João Pinheiro, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, SES e Unimontes) contempladas com a realização de concursos e 04 instituições com previsão de novas aberturas (PM-Colégio Tiradentes/Uemg/SEE e Fundação Hemominas). Desde janeiro foram realizadas 5.332 nomeações e com previsão de 4.131 novas nomeações.

Com relação à recomposição inflacionária, ressalta-se o PL 2309/2024, recentemente aprovado pela ALMG, que prevê concessão de revisão geral dos valores de vencimento básico e subsídio, com aplicação do índice de 4,62%, retroativamente a janeiro de 2024.

1. ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE ESTADO DE CASA CIVIL

Organograma SCC



2. TRABALHO PELOS RAROS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A SCC apoia os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual na formulação de diretrizes e na interlocução de ações voltadas às pessoas com deficiência, às pessoas com doenças raras e às entidades privadas com finalidade afeta. Tem atuado na implementação do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para a Epidermólise Bolhosa, bem como na realização do PROMAIS (Programa Mineiro de Acessibilidade, Inclusão e Saúde), além de uma importante parceira com a Defensoria Pública do Estado para acelerar o atendimento das demandas dos raros em Minas.

Além disso, com apoio da SCC, o Governo de Minas Gerais e a Universidade Federal de Minas Gerais anunciaram a ampliação do Plano de Triagem Neonatal, o Teste do Pezinho, para diagnosticar 15 doenças raras, na Faculdade de Medicina da UFMG, na sexta-feira (26). Com investimento público de R\$ 12 milhões, a fase de expansão já começa a valer no dia 30 de janeiro e vai abranger todas as 853 cidades mineiras.

Agora, são incluídas três doenças consideradas raras no cardápio de diagnósticos, sendo elas: a Atrofia Muscular Espinhal (AME), Imunodeficiência Primária Combinada Rara (SCID) e a Agamaglobulinemia. A execução dos testes, resultados e tratamento é de responsabilidade do Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico (NUPAD) da UFMG. O Núcleo passa a triar 15 patologias com expectativa de que sejam cerca de 60, até o final deste ano.

2.1 PROMAIS

O Programa Mineiro de Acessibilidade, Inclusão e Saúde (Promais) foi lançado em novembro pelo Governo de Minas Gerais em prol das pessoas com deficiência e com doenças raras, abarcando todas as ações desenvolvidas pelo Estado em favor da saúde e qualidade de vida dessas pessoas.

O desenho do Programa está sendo aprimorado e ampliado pela Secretaria de Estado de Casa Civil e os trâmites para sua inclusão no Plano Plurianual estão em andamento. Nesse sentido, já foram investidos R\$9,3 milhões, repassados em parcela única aos Centros Especializados em Reabilitação via Fundo Estadual de Saúde. O investimento permite a criação de 31 parques multissensoriais no Estado. Os recursos têm sido utilizados para aprimorar a rede

de cuidados à pessoa com deficiência, no contexto do SUS, com novas tecnologias, compras de equipamentos e qualificação de assistência à saúde oferecidas nos centros especializados em reabilitação, com destaque para usuários de reabilitação intelectual do Transtorno de Espectro Autista (TEA). Cada centro terá até R\$ 300 mil para instalação de equipamentos e R\$ 60 mil desse total poderá ser usado em ajustes arquitetônicos.

Foram destinados, também no âmbito do Programa, R\$45,75 milhões para os Fundos Municipais de Assistência Social equiparem as unidades de Centro-Dia. O Centro-Dia é uma política pública coordenada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE – e que oferece atenção integral à pessoa com deficiência em situação de dependência durante o dia, ao mesmo tempo em que serve de apoio às famílias e aos cuidadores familiares na diminuição do estresse decorrente dos cuidados prolongados. É, portanto, uma alternativa coletiva de cuidados pessoais, complementar aos cuidados das famílias. Nestas unidades são desenvolvidas atividades que permitam a convivência em grupo; cuidados pessoais; fortalecimento das relações sociais; apoio e orientação aos cuidadores familiares; acesso a outros serviços e a tecnologias que proporcionam autonomia e convivência.

Serão R\$125 mil destinados a cada uma das 366 unidades de Centros-Dia e similares no sistema de cadastro nacional do SUAS, para 339 municípios. Dentre as unidades contempladas, 336 são APAEs. O recurso poderá ser executado diretamente pelo município ou ser repassado por meio de parceria com a organização da sociedade civil e o valor a ser recebido deverá ser utilizado exclusivamente para a aquisição de bens permanentes, sendo vedada a sua utilização com obras, serviços, salários e demais gastos de custeio. A Resolução que regulamenta o repasse foi publicada em 28 de maio de 2024 e o projeto encontra-se em fase de envio do Termo de Aceite pelos municípios interessados.

2.2 Acordo Cooperação Técnica com a Defensoria Pública do Estado (DPE)

Um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) foi assinado pela SCC e DPE, formalizando a criação de um fluxo prioritário de comunicação entre as duas instituições para acelerar o atendimento das demandas dos raros em Minas. Até o momento 12 famílias foram assistidas pelo acordo.

Alguns exemplos de atendimentos envolvem: Síndrome de Noonam, Síndrome de

Algeman, Síndrome de Kabuki, Osteogenese Imperfeita, Epilepsia Mioclônica tipo 15, Síndrome de Prader-willi, Epilepsia grave/hidrocefalia/Hipóxico-esquêmico e Otite Colesteatomatosa.

2.3 Implementação do PCDT-EB

A SCC criou um grupo de trabalho com o Ministério Público, Defensoria Pública, representantes da Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Hospitais Especializados e Debra Brasil para discutir a otimização do fluxo de atendimento do PCTD-EB (Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para a Epidermólise Bolhosa). Já foram realizados alguns encontros e o tema segue pautado pela Secretaria até que o protocolo seja de fato implementado.

2.4 Ações voltadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A Casa Civil, como órgão responsável pela coordenação da política voltada às pessoas com deficiências e doenças raras, realizou ações importantes voltadas à conscientização e inclusão das pessoas com TEA.

Dentre essas ações, destaca-se a ampliação da análise e fornecimento da Carteira de Identidade das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), em parceria com a SEDESE. Este documento permite fácil identificação às pessoas com TEA, o que garante e facilita seu acesso a direitos adquiridos, como prioridade de atendimento em estabelecimentos públicos e privados, uso de filas preferenciais, entre outros.

A título de comparação, de janeiro a maio de 2023 foram emitidas 3.876 CIPTEAS para pessoas de 351 municípios. Já em 2024, também de janeiro a maio, foram emitidas 6.094 CIPTEAS para cidadãos de 538 municípios, um aumento de 57%.

Essa ampliação foi possível graças à interlocução da SCC com a Defensoria Pública do Estado, no qual foram identificados gargalos de atendimento e demanda reprimida. Esses pontos de atenção foram apresentados e trabalhados junto à SEDESE, órgão responsável pela análise e confecção dos documentos, o que possibilitou o atendimento a mais pessoas e com maior agilidade.

Além disso, na primeira semana de Abril, a SCC coordenou a Semana de Conscientização do Autismo, em que foram realizadas diversas ações em parceria com Secretarias de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, entre outras, com foco em disseminar informações sobre o assunto e potencializar a inclusão das pessoas com TEA no ambiente escolar, com palestras sobre o assunto; no atendimento de saúde, com visita do Secretário de Saúde a uma das salas Multissensoriais implantadas no Estado; e na área de desenvolvimento social, com material informativo sobre a emissão da CIPTEA transmitido no telão dos estádios nas finais do Campeonato Mineiro de Futebol, entre Atlético e Cruzeiro.

3. REPRESENTAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

O Escritório instalado em Brasília é responsável por dar apoio político, logístico e de agenda para o governador, vice-governador, secretários de estado e demais autoridades mineiras que têm demandas em Brasília junto a Ministérios, órgãos e entidades públicas, empresariais e da sociedade.

3.1 Apoio Político e Logístico

Foram realizados 167 atendimentos de apoio político e logístico pela equipe da Representação de Minas Gerais em Brasília entre os meses de dezembro de 2023 e maio de 2024. No total, desde a criação da SCC, já foram realizados 348 atendimentos desse tipo, facilitando a articulação do Governo de Minas com Parlamentares, Ministérios, Bancos, entre outras instituições.

3.2 Captação e Emendas Parlamentares

A captação de emendas parlamentares federais nos anos de 2023 e 2024, bem como o restabelecimento e manutenção do relacionamento com os deputados federais e senadores foi fundamental para apoiar Minas Gerais em projetos estratégicos. No total, foram captados mais de R\$92 milhões com Deputados Federais, bancada mineira na Câmara dos Deputados e Senadores.

3.3 Acompanhamento de pautas e relacionamento

A SCC monitora as principais pautas legislativas com impacto relevante no Estado de Minas Gerais, acompanhando votações, sessões em comissões e tramitação de Medidas Provisórias e Projetos de Leis, além das audiências públicas. Foram solicitados dois pedidos oficiais de Notas Técnicas às Secretarias Estaduais e dada prioridade no acompanhamento da CMO (Comissão Mista de Orçamento) e na Comissão Externa sobre fiscalização dos rompimentos de barragens e repactuação. Foi também realizado o acompanhamento da tramitação do PLP 116/23 apensado ao PLP 153/2015 que altera a Lei Complementar nº87 (Lei Kandir), em conjunto com a SEF-MG.

A SCC é também responsável pelo relacionamento com ministérios, bancos, frentes parlamentares, confederações e órgãos em Brasília. Visitas iniciais foram realizadas para apresentação do Escritório de Representação, num total de 31 agendas. Nesse contexto, já foram iniciadas diversas tratativas de demandas com os órgãos.

4. MINAS GERAIS EM DESTAQUE NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Através de uma abordagem estratégica, conduzida por meio de missões diplomáticas e parcerias sólidas de cooperação, em especial no cenário internacional, nosso estado tem impulsionado vigorosamente seu desenvolvimento em diversas áreas, gerando resultados notáveis que reverberam diretamente em benefícios para nossa população.

A Casa Civil está empenhada em identificar e qualificar os atributos distintivos de Minas Gerais, comparativamente ao restante do Brasil e do mundo. Nosso objetivo é destacar as áreas de excelência e competitividade do estado, visando assim captar oportunidades, parcerias, programas e projetos de cooperação, bem como garantir financiamentos junto a governos estrangeiros (nacionais e subnacionais), agências multilaterais e outras instituições relevantes, tanto nacionais quanto internacionais.

Para tal propósito, concentramos nossos esforços na produção de informações técnicas robustas, fundamentadas em aspectos de interesse internacional, para subsidiar as ações dos órgãos do Poder Executivo Estadual na formalização de novas parcerias.

Essa articulação estratégica resulta na formalização de instrumentos de cooperação

internacional, na realização de Missões Internacionais criteriosamente analisadas, com destaque para a presença do Governador do Estado de Minas Gerais, e na recepção de visitas oficiais diplomáticas e de organizações internacionais estratégicas. Além disso, estabelecemos uma conexão direta entre os interesses e as demandas de importantes parceiros e os municípios mineiros, fortalecendo assim a rede de cooperação e promovendo impactos positivos concretos em nossa população.

4.1 Missões Realizadas e Resultados Obtidos

1. União Europeia: Fortalecendo Laços e Atraindo Investimentos

Missão à Europa: Em uma iniciativa que reforça a cooperação entre o estado e a União Europeia, Minas Gerais solidifica a parceria com os Estados membros da União Europeia. Essa aproximação gerou oportunidades em áreas como comércio internacional e a intensificação da exportação de café para a Espanha por exemplo, cultura, tecnologia e inovação, além de atrair investimentos significativos para setores estratégicos.

2. Ásia: Novos Horizontes, Investimentos e Geração de Empregos

Missão à Ásia: Uma missão de grande sucesso à Ásia resultou na captação de R\$ 1 bilhão em investimentos para Minas Gerais, impulsionando o estado como destino atrativo para investidores internacionais. Além disso, a partir desta missão 2 mil novos empregos serão criados, contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico e social do Estado. Foi estabelecido também um novo memorando de entendimento entre o Governo de Minas Gerais e a Província de Yamanashi (Japão), no qual será ampliada a contribuição entre mineiros e japoneses na promoção de intercâmbio de tecnologias e culturas, em especial nos temas relacionados à transição energética.

3. Estados Unidos: Confiança, Parcerias e Mais de R\$ 1,5 Bilhão em Investimentos

Missão aos EUA: A missão aos Estados Unidos consolidou o estado como um parceiro confiável e promissor para investimentos internacionais. Minas Gerais atraiu mais de R\$ 1,5 bilhão em investimentos, demonstrando a solidez da economia mineira e a capacidade do governo em gerar oportunidades de negócios vantajosas para todas as partes para o setor, em especial para o setor de energia e mineração.

4. Resultados Globais: Mais de R\$ 400 Bilhões em Investimentos e Crescimento Sustentável

Superando Expectativas: Desde 2019, Minas Gerais superou a marca de R\$ 400 bilhões em investimentos privados atraídos, sendo mais de R\$ 100 bilhões vindos de investimento internacional. Esse desempenho excepcional é fruto de estratégias bem-sucedidas, parcerias sólidas e ações proativas do governo para impulsionar o desenvolvimento econômico do estado, gerando oportunidades e crescimento sustentável para a população.

Instrumentos de Cooperação Internacional:

a. Parcerias Bilaterais: Fortalecendo Laços e Ampliando Horizontes

Estados Unidos e Bélgica: Minas Gerais tem reafirmado parcerias estratégicas com países como os Estados Unidos e a Bélgica. Através da cooperação bilateral, o estado promove intercâmbio cultural, tecnológico e comercial, além de fomentar o desenvolvimento mútuo e a busca por soluções inovadoras para os desafios contemporâneos.

b. Fortalecimento das Relações com Portugal

Voo Belo Horizonte-Lisboa: Novos voos diários ligarão Belo Horizonte a Lisboa, capital de Portugal. Essa nova rota aérea facilitará o intercâmbio entre as duas regiões, impulsionando o turismo, os negócios e o estreitamento direto das relações entre Minas Gerais e Portugal.

c. Fomento ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação:

Vale do Lítio: A missão aos EUA apresentou os resultados do primeiro ano do projeto Vale do Lítio, demonstrando o compromisso de Minas Gerais com o desenvolvimento sustentável e a busca por soluções inovadoras para o setor de mineração. O projeto visa fortalecer a posição do estado como referência global na produção de lítio, um mineral essencial para a fabricação de baterias de veículos elétricos e outras tecnologias de ponta.

d. Recepção de Missões Internacionais em visita a Minas Gerais

Para ampliar a atuação internacional do estado, a Casa Civil recebeu Comitivas de 25 países, representados por embaixadores, cônsules e representantes de governos internacionais locais. Isso tem aberto portas para facilitar negócios, gerar empregos e produzir renda.

Resultados Gerais

Minas Gerais se destaca no cenário internacional como um estado proativo, engajado na busca por parcerias estratégicas e na promoção do seu desenvolvimento sustentável. As missões

internacionais bem-sucedidas, os resultados expressivos em investimentos e a efetiva cooperação com outros países comprovam o compromisso do estado com o crescimento e a geração de oportunidades para sua população. A busca por soluções inovadoras e a adoção de práticas responsáveis demonstram que Minas Gerais está pronta para enfrentar os desafios do futuro e se consolidar como um pólo de desenvolvimento próspero e sustentável no cenário global.

5 CONTRIBUIÇÕES PARA A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Um dos objetivos da Casa Civil é contribuir com a transparência pública no Governo do Estado. Dessa forma, em parceria com a Controladoria Geral do Estado, a SCC acompanha as deliberações do Tribunal de Contas do Estado e apoia órgãos do governo.

Com relação aos recursos captados, a SCC divulga no site da Secretaria o objeto, valores acordados, valores arrecadados, valores executados e de prestação de contas de todos os convênios com o Governo Federal, emendas parlamentares federais e convênios municipais que envolvam obras estaduais, além de dados qualitativos relativos ao andamento da execução física dos mesmos. Também estão disponíveis no site informações relativas à adimplência dos órgãos e entidades de Minas Gerais perante a União (CAUC – Serviço auxiliar de informações para transferências voluntárias) e informações relativas ao recebimento de doações de bens móveis, serviços e bens móveis em comodato pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

Houve ainda a realização do evento “Cidades que Prosperam - Estratégias em Gestão Municipal”, realizado em parceria com o BDMG para 27 prefeitos e secretários municipais que puderam ouvir sobre prestação de contas, boas práticas e gestão, linhas de crédito e possibilidades de aumentar a arrecadação municipal.

6 CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA MINAS GERAIS

A Casa Civil também apoia os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual na captação de recursos junto ao Orçamento Geral da União e entidades privadas, por meio de operações de crédito, doações, acordos, convênios e instrumentos congêneres de recebimento de recursos e parcerias.

6.1 Progestão

A Operação de Crédito Progestão Minas Gerais: Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público busca promover a melhoria da gestão com ações voltadas à racionalização do gasto com pessoal e patrimônio, a modernização das compras públicas e a racionalização dos investimentos públicos, incluindo projetos nas áreas da saúde, educação e assistência social. Foi elaborada uma Carteira de Projetos com base nos componentes e atividades financiáveis e foram realizadas reuniões com os órgãos executores e com a agência financiadora para revisão dos projetos dentro das regras do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento Banco Mundial (BIRD).

Ademais, a SCC também organizou a Missão de Identificação do Progestão (29/08 a 01/09/2023) e elaborou a Carta Consulta, que permitiu proceder com os trâmites necessários para a submissão do documento no Sistema de Gerenciamento Integrado (SIGS) da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) para apresentação à Comissão de Financiamento Externo (Cofix), órgão colegiado vinculado ao MPO, responsável por apreciar e deliberar pleitos de programas/projetos do setor público por fontes externas. Destaca-se que foram realizadas reuniões com o Banco e com as Secretarias de Estado responsáveis pelas informações técnicas dos projetos a serem financiados para discussão e montagem do documento. No total, são mais de R\$ 550 milhões em operações de crédito para áreas como recursos humanos, previdência, compras públicas e outros.

A Carta Consulta foi apresentada em reunião com o Cofix no dia 08 de dezembro e submetida em 22 de dezembro de 2023, para apreciação em março de 2024. O pleito de financiamento foi analisado na 172ª Reunião da Cofix, em 14 de março de 2024, na qual foi deliberado a retirada de pauta do projeto, com base no art. 4º, inc. I, "d" da Resolução Cofix nº 17/2021. A deliberação para a preparação do Progestão MG estava condicionada à adesão do Estado de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). No entanto, como o Plano de Recuperação do Estado ainda não se encontra homologado, retirou-se a operação da pauta. Assim, a Carta Consulta entrará em pauta novamente após a homologação do PRF, na reunião trimestral mais próxima, para possível autorização da contratação, prosseguindo com as demais entregas até a formalização dos instrumentos contratuais.

Ainda, a fim de subsidiar o processo de atualização do Plano de Recuperação Fiscal, a SCC elaborou Notas Técnicas com informações atualizadas da Operação de Crédito Progestão MG, a ser contratada junto ao Banco Mundial (BIRD). A elaboração dos documentos foi realizada em conjunto com a SEF, em especial na definição dos parâmetros, premissas e impactos da contratação da operação.

6.2 Programa Justiça Minas Integrada

O Estado de Minas Gerais assinou um Protocolo de Intenções denominado Minas Justiça Integrada para execução de projetos prioritários de Minas em conjunto com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, nas temáticas de ressocialização, prevenção, combate à violência contra mulher e modernização do sistema judiciário. Após a criação da SCC, foi tramitado um aditivo transferindo a competência de interlocução com o TJMG no âmbito do Protocolo para a Secretaria de Estado de Casa Civil. Em março de 2024, a Secretaria intermediou a assinatura de uma Portaria Conjunta entre Estado e TJMG para financiamento do Programa Procedimento de Polícia Judiciária Eletrônico – PPJE – integração dos órgãos do Sistema de Justiça Criminal, a ser executado em conjunto com a Polícia Civil de Minas Gerais, no valor de R\$ 35.041.327,70. Em maio de 2024 foram iniciadas as tratativas para o financiamento de atividades e projetos ligados à Política Antimanicomial. As negociações estão sendo acompanhadas pela Casa Civil e aguardam deliberações do Grupo de Trabalho formado pela Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e do Tribunal de Justiça para determinação das diretrizes dos itens a serem financiados.

6.3 Novo PAC

O Novo PAC é um programa de investimentos coordenado pelo Governo Federal, em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais. O programa está organizado em nove Eixos de Investimento, sendo cinco deles disponibilizados nesta primeira etapa: (i) Água para todos, (ii) Cidades Sustentáveis e Resilientes, (iii) Educação, Ciência e Tecnologia, (iv) Infraestrutura Social Inclusiva e (v) Saúde. A SCC realizou reuniões de orientação para todos os órgãos repassando as informações disponibilizadas pelo Governo Federal para a submissão de propostas. O recebimento dos projetos foi centralizado dentro da Secretaria, sendo realizada uma análise da documentação necessária e pré-qualificação para

elaboração da carteira final das propostas que foram apresentadas pelo Estado de Minas Gerais. No dia 10 de novembro, conforme prazo estipulado pelo Governo Federal, foram submetidos 103 projetos pela plataforma Transfere.gov, no valor aproximado de R\$6 bilhões de reais. Os projetos compreendem as áreas de educação, mobilidade urbana, regularização fundiária, saúde e cultura.

Dentro do Novo PAC, já foram aprovados pela União e garantido o orçamento federal para financiamento dos seguintes projetos:

- Construção de Escolas em Tempo Integral nos municípios de Uberaba (duas escolas) e Pará de Minas (uma escola), no valor total de R\$ 34,5 milhões;
- Construção de nova ala de Maternidade, por meio de Parceria Público Privada – PPP, na Maternidade Odete Valadares (MOV), no valor de R\$153 milhões;
- Novas Ambulâncias – SAMU – por meio da aquisição de 24 ambulâncias para implantação de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 regional na Macrorregião de Saúde Triângulo do Sul, no valor de R\$ 8,5 milhões;
- Patrimônio Histórico - Projetos de Engenharia, por meio da elaboração de projetos para o Acervo móvel e integrado do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos – Piranga e para a Casa da Câmara e Cadeia – Pitangui, no valor total de R\$ 421 mil;
- Regularização Fundiária nos Bairros de Águas Claras, Alto Santana, Paraíso e Bethânia, no valor total de R\$ 3,8 milhões.
- Abastecimento de Água - Rural - Sistemas Simplificados para estruturação e melhorias em poços de municípios mineiros, no valor de R\$ 28,8 milhões.

A Casa Civil apoiou, ainda, os órgãos na complementação de documentação dos projetos abaixo, que se encontram na segunda etapa de análises do Governo Federal:

- Mobilidade Urbana - Grandes e Médias Cidades, para modelagem e aporte financeiro para viabilização da concessão da Linha 3 do Metrô de Belo Horizonte, no valor de R\$ 4,55 bilhões;
- Mobilidade Urbana - Grandes e Médias Cidades, para aporte financeiro para viabilização da extensão da Linha 1 do Metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte, no valor de R\$ 781,1 milhões;
- Mobilidade Urbana - Grandes e Médias Cidades, para implantação de sistema BRS em dois corredores de importância metropolitana na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no valor de R\$ 123 milhões;

- Resíduos Sólidos – para a proposição de projetos para elaboração e execução dos planos de recuperação de áreas degradadas por lixões (PRADs) de 48 Municípios do estado de Minas Gerais, no valor de R\$ 18,8 milhões;
- Resíduos Sólidos – para a estruturação da coleta seletiva no Estado de Minas Gerais, no valor de R\$ 37,3 milhões.

A SCC atuou também no cadastro de novos projetos Novo PAC - CEUs da Cultura junto à Secretaria de Estado de Cultura – SECULT – em nova etapa de cadastro aberta em abril de 2024, no valor total de R\$ 32 milhões.

Dentro do Novo PAC, em abertura de edital diretamente no Investsus foi aprovado o projeto de Estruturação da Vigilância Laboratorial em Saúde e Ambiente e Resposta às Emergências em Saúde Pública, sendo disponibilizados R\$ 2,8 milhões para a compra de equipamento dos laboratórios do Instituto Octavio Magalhães - Laboratório Central de Saúde Pública de Minas Gerais (Lacen-MG), na Fundação Ezequiel Dias (Funed). Nesse caso, o projeto foi cadastrado pela própria SES e a SCC atua apenas no acompanhamento da proposta.

Ainda no âmbito do Novo PAC, em edital extra pelo Governo Federal, em janeiro de 2024, foi aberto o Programa, no Transfere.gov, de Infraestrutura Hídrica, no qual seria financiado o Projeto de Estudos e Projeto da Barragem Rio Gravatá, no valor de R\$ 8.699.383,01. A pedido do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE, a Secretaria de Estado de Casa Civil negociou e conseguiu aprovação para execução do projeto diretamente pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales de São Francisco – CODEVASF, garantindo a execução do projeto por meio do Governo Federal.

Foram habilitadas, também, as propostas de regularização fundiária nos bairros Cachoeira do Vale, Coqueiros e Nova Esperança no valor total de R\$ 6,06 milhões a serem executados pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço – ARMVA. Foi habilitada, também, a execução dos Projetos de Engenharia de Patrimônio histórico da Fazenda Boa Esperança, no valor de R\$ 120 mil a ser executado pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Arqueológico – IEPHA. As propostas habilitadas ainda não possuem orçamento definido pela União e aguardam novas diretrizes do Governo Federal.

As demais propostas apresentadas não foram habilitadas (Abastecimento de Água - Rural - Sistemas Simplificados – R\$ 53,1 milhões; Construção de escola em tempo integral nos

municípios de Porteirinha e Pitangui – R\$ 9,2 milhões; Centrais de Regulação – Ambulâncias do SAMU e Construção de um Centro de Parto Normal (CPN) no Hospital Regional Antônio Dias (HRAD) – R\$ 3 milhões) ou foram descontinuadas (Construção de escola em tempo integral no município de Itinga – R\$ 10,9 milhões).

6.4 Parceria com o MPMG

O Estado de Minas Gerais possui um Protocolo de Intenções com o Ministério Público de Minas Gerais denominado “Juntos por Minas” que regulamenta a relação entre os atores para fins de fomento às políticas envolvidas. Em janeiro de 2024 a SCC elaborou portfólios de projetos para pleitear recursos do MPMG no âmbito do Protocolo.

Em abril de 2024 foram aprovados três projetos para financiamento com recursos do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor: UAI Compartilha (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG) no valor de R\$ 10.888.037,16; Modernização da identificação de patógenos de difícil detecção em alimentos de origem animal (Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA) no valor de R\$ 1.612.000,00; e Apoio ao Reconhecimento Internacional do IMA: Monitoramento de propriedades rurais por meio de inovação tecnológica (Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA) no valor de R\$ 7.074.946,15.

Em abril de 2024 aprovou-se dois projetos com recursos do Fundo Especial do Ministério Público – FUNEMP: Minas Reciclando Atitudes (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE) no valor de R\$ 4.110.000, 00 e Fortalecimento da Atividade Operacional e da perícia criminal de Minas Gerais (Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG) no valor de R\$ 2.102.802,09.

A Superintendência Central de Gestão e Captação de Recursos tem realizado ainda reuniões com o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural e da Habitação e Urbanismo (CAOMA) para pleitear recursos de Termos de Ajustamento de Conduta com os promotores das comarcas de Minas Gerais. A expectativa é que a primeira minuta do projeto de captação seja apresentada aos promotores já no segundo semestre de 2024. De mesma maneira, foram abertas negociações com o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Econômica e Tributária (CAOET) para financiamento de projetos apresentados em portfólios à

promotória. Dois projetos já estão sendo tramitados e avaliados pelo CAOET e deverão ser financiados, também, no segundo semestre de 2024, totalizando uma captação de R\$ 140 mil.

6.5 Convênios de entrada e captação de recursos

A SCC centraliza o Banco de Projetos do Estado de Minas Gerais recebendo demandas de todos os órgãos de Governo para encontrar oportunidades de captação de recursos disponíveis. Oferece-se suporte técnico para a elaboração e adequação do Projeto ao formato utilizado, de forma a conter todas as informações necessárias ao trabalho de captação. O Banco de Projetos conta hoje com 618 projetos que foram corrigidos e atualizados no período, compreendendo um volume total de R\$ 4,4 bilhões em recursos passíveis de serem captados.

A SCC também auxilia os órgãos e entidades da administração pública na captação de recursos não reembolsáveis, com o intuito de racionalizar e aperfeiçoar a forma de identificar alternativas de financiamento de políticas públicas para o Estado. Realiza-se um acompanhamento diário do painel do TransfereGov e do Prosas para identificar oportunidades de captação e divulgação. A apresentação das oportunidades é realizada por meio de um informe enviado por e-mail aos órgãos. Em 2023, desde a criação da SCC, foram divulgadas 57 oportunidades aos órgãos no valor total de mais de R\$ 110 milhões. Em 2024, foram divulgadas 39 oportunidades de captação de recursos, no valor total de mais de R\$ 200 milhões.

A SCC também apoia e monitora junto aos órgãos e as entidades da Administração Pública estadual a celebração de convênios e instrumentos congêneres de recebimento de recursos. Desde a criação da SCC até o fim de 2023, foram assinados 84 convênios pelos entes, gerando uma captação total de R\$265,3 milhões. É de nossa responsabilidade, ainda, a suplementação de recursos e aprovação de cotas orçamentárias de todo o recurso de convênio executado. Foram suplementados mais de R\$1 bilhão e aprovados R\$1,3 bilhão em cotas orçamentárias no período.

Em 2024, foram assinados 41 convênios e congêneres, com uma captação de mais de R\$75 milhões. Foram suplementados mais de R\$1 bilhão em recursos para a execução ao longo do exercício, e houve a aprovação de R\$1,4 bilhão em cotas orçamentárias. Ainda, destaca-se que no ano de 2024 estão em processo de captação o montante de R\$71 milhões em emendas parlamentares federais, sendo R\$35 milhões indicados via Transferências Especiais, e o restante

via convênios. Entre os projetos em vias de captação, evidenciam-se aquisições para a segurança pública, aquisições para a agricultura, melhorias na infraestrutura educacional.

Com relação à entrada de recursos de convênios e instrumentos congêneres, a SCC geriu a arrecadação, em 2023, de R\$5,4 bilhões de recursos para execução de obras e projetos provenientes de convênios já firmados em exercícios anteriores.

No ano de 2024, foram arrecadados, até o momento, o montante de R\$2,4 bilhões em recursos provenientes de convênios e congêneres, para a execução de obras e projetos nas áreas de educação, segurança, saúde, agricultura, entre outros.

Atua-se, ainda, na elaboração de relatório de monitoramento dos instrumentos de entrada de recurso vigentes e em prestação de contas, para acompanhar a execução física e financeira dos convênios celebrados. Em 2023, foram realizados o segundo e terceiro monitoramento intensivo dos 677 convênios de entrada e instrumentos congêneres, totalizando R\$1,7 bilhão monitorado. Em 2024, foi finalizado um ciclo de monitoramento de 623 convênios e congêneres vigentes e em prestação de contas, no mês de fevereiro, totalizando R\$1,9 bilhão monitorado.

6.6 Operações de crédito

A SCC monitora, junto à SEF, toda a entrada de recursos de operações de crédito, seja de novos aportes, como também dos rendimentos provenientes dos recursos em contas nas operações. Até abril/2024 foram totalizados R\$20,2 milhões de entrada de recursos de rendimentos nas contas das operações. Presta-se, também, apoio aos órgãos e as entidades da Administração Pública estadual na execução dos projetos financiados com recursos de operações de crédito, especialmente no gerenciamento financeiro-orçamentário das intervenções. No período de junho/2023 a maio/2024 foram analisados 62 pedidos de avaliação de cotas financeiras, autorizando a execução de R\$14,2 milhões com recursos de operações de crédito.

A SCC realiza ainda o acompanhamento de todas as intervenções financiadas com recursos da operação, emitindo relatórios periódicos aos bancos financiadores. No período, foram concluídas 12 intervenções financiadas, totalizando R\$60 milhões executados desde o início dos projetos, sendo R\$56,5 milhões de recursos do BNDES e R\$3,5 milhões de

contrapartida estadual. Ainda, somos responsáveis pela prestação de contas de todo o recurso executado em operações de crédito. Junto ao BNDES existem três contratos de financiamento. A prestação de contas foi regularizada junto ao Banco no período, totalizando 100% do recurso liberado já executado e aprovado, conforme tabela abaixo:

	TOTAL(R\$)	LIBERADO (R\$)	APROVADO (R\$)	RENDIMENTOS (R\$)
PDI I	247.000.000,00	164.539.652,49	174.080.217,67	34.671.320,22
PDI II	469.773.000,00	283.478.415,47	291.259.997,43	19.993.494,34
PROINVESTE	1.326.389.531,69	1.302.796.078,32	1.351.691.103,16	86.518.004,68

Ainda no ano de 2023, a Diretoria Central de Operações de Crédito realizou um processo de conciliação bancária junto ao BNDES para regularização dos saldos de contas correntes das operações. Com a aprovação da prestação de contas apresentada foi autorizado pelo BNDES a livre utilização do saldo de R\$30.043.906,00, em caráter de reembolso, das contas correntes da operação PDI II e PROINVESTE. Considerando que a Casa Civil tem como competência estabelecida em seu decreto de criação a pauta de formulação de diretrizes, interlocução e implementação de ações voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com doenças raras, o recurso foi direcionado para financiamento de obras rodoviárias que seriam executadas, *a priori*, com fonte própria. De tal maneira, foi possível a abertura de espaço orçamentário para o financiamento do Projeto Centros-Dia para melhor equipar as unidades municipais, através do Fundo de Assistência Social.

A SCC realiza também o apoio aos órgãos na elaboração e negociação do Pleito de Aprovação de Projetos (PAP) da nova Carteira de Intervenções a título de comprovação ao Contrato de Financiamento nº 12.2.1075.1, de 11/12/2012 (PROINVESTE). O valor total pleiteado, no período, foi de R\$ 23,8 milhões, conforme quadro abaixo. As intervenções foram apresentadas ao Banco em frentes de iniciativas no mês de Março de 2024 e estão aguardando aprovação formal do financiador. A expectativa de aprovação é Junho de 2024.

Intervenções	Órgão	Valor
MG APPs e Portal MG.gov - Fase V	SEPLAG	R\$ 4.874.950,00
Serviços DETRAN - Fase III	SEPLAG	R\$ 3.800.000,00
Terminais de Autoatendimento - Fase III	SEPLAG	R\$ 120.000,00
BPMS – Fase V	SEPLAG	R\$ 1.401.408,00
Carteira de Identidade Nacional	PCMG	R\$ 961.920,00
Procedimento de Polícia Judiciária	PCMG	R\$ 961.920,00
Painéis Gerenciais Datalake	SEPLAG	R\$ 1.000.000,00

Projeto Inteligência Artificial (IA)	SEPLAG	R\$ 1.000.000,00
Melhoria na Estrutura Logística da Defesa Civil de Minas Gerais	GMG	R\$ 5.399.880,00
Combate à Violência Contra a Mulher (PCMG)	PCMG	R\$ 4.347.850,00
TOTAL		R\$ 23.867.928,00

Com o Banco do Brasil existem dois contratos ativos. A SCC analisou a documentação de comprovação dos Relatórios de Desempenho nº 29 e nº 30 do contrato de financiamento PDMG junto ao Banco do Brasil S/A e conseguiu a aprovação do agente financiador da prestação de contas de R\$ 27,1 milhões de recursos. Foram 100 diligências analisadas no período, compreendendo a elaboração de relatórios contendo a formulação de justificativas e esclarecimentos para o ateste do Banco, incluindo a validação de documentos fiscais, regularidades técnicas do empreendimento, ambientais e fundiária dos projetos financiados.

A SCC acompanhou e negociou, ainda, os novos aditivos às operações de crédito financiadas pelo Banco do Brasil S/A, prestando todo o suporte técnico de forma a subsidiar a alteração do Anexo I dos contratos com o objetivo de adequar os dispositivos a realidade da aplicação dos recursos e regularizar a prestação de contas. Os aditivos visam a regularização de R\$ 915,8 milhões executados nos contratos de financiamento com o BB.

A SCC auxiliou a SEPLAG na estimativa e previsão de receitas e despesas de operações de crédito (Fonte 25.1) para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2024 e 2025, assim como da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024, auxiliando e prestando suporte técnico no planejamento e gestão, com a definição dos limites orçamentários no Sisor. Por fim, a SCC acompanhou as etapas de atualização do Plano de Recuperação Fiscal de Minas Gerais no âmbito da contratação de novas operações de crédito.

6.7 Doações

Dentro da legislação vigente atualmente, todo processo de doação feita para o Estado de Minas Gerais, precisa ter análise técnica no que diz respeito ao cumprimento da legislação para que o bem ou item seja incorporado ao Patrimônio Estadual. A SCC analisou os processos e emitiu 228 pareceres técnicos no período de junho de 2023 a maio de 2024. Todas as informações pertinentes sobre as doações foram divulgadas no portal de dados do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG – e no site da Secretaria.

O Decreto nº 48.444 estabelece as diretrizes para o recebimento de doações de bens móveis e serviços e para o recebimento de bens móveis em comodato pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. O decreto estabelecia o papel da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) na gestão desse processo e, com a reforma administrativa, precisou ser atualizado transferindo a competência para a SCC. Considerando a revisão, a equipe aproveitou para propor formas de otimizar o processo e garantir uma visão mais estratégica da temática. Foram realizadas reuniões com a Assessoria Técnico-Legislativa – ATL – para alinhamento sobre a alteração do decreto, bem como com alguns órgãos cuja temática das doações tem impacto na aquisição de bens e serviços. No momento, o decreto encontra-se sob análise e aprovação da ATL e a previsão é que o novo decreto seja publicado no terceiro trimestre de 2024.

O recebimento de doações conta também com parcerias para execução de projetos junto a empresas privadas. Em tratativas junto à Amazon Web Service – AWS – foram realizadas doações para dois projetos: Campinho Digital e Mapeia Minas.

O projeto denominado Campinho Digital trata da oferta de cursos profissionalizantes da área de tecnologia para pessoas em situação de baixa renda. Considerando o foco na população em situação de vulnerabilidade, a SEDESE foi acionada para facilitar a execução do projeto. Serão oferecidas 200 vagas em dois cursos de programação: a AWS re/Start e a Programação Web Front End. O projeto já se encontra estruturado e será lançado em junho de 2024.

O Mapeia Minas trata-se de um projeto, também no âmbito de atuação da SEDESE, que recebeu doações no valor de US\$ 30 mil, utilizados para o mapeamento de áreas de risco de desastres ambientais em Minas Gerais. A SCC está participando das reuniões, a fim de realizar o monitoramento e acompanhamento do projeto. Os créditos já estão sendo gastos e o projeto encontra-se em andamento.

6.8 Captações Internacionais

A SCGCR junto à SRI está estabelecendo um fluxo para realização de captação internacional. Em todas as missões realizadas pelo Governo de Minas que contam com a presença do Secretário de Estado de Casa Civil são elaborados e entregues portfólios contendo projetos que sejam afetos às temáticas abordadas pelos parceiros. Foram elaborados e disponibilizados portfólios para as missões da COP23, em novembro de 2023; da China,

também em novembro de 2023, da Holanda, em dezembro de 2023 e de Barcelona, em fevereiro de 2024. Até maio de 2024 foram entregues, ainda, portfólios aos Bancos: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Safra e Banking of America. As negociações das missões internacionais ainda se encontram em andamento.

7. RELACIONAMENTO COM ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO

A Superintendência de Relacionamento com Órgãos de Controle Externo tem como competência apoiar estrategicamente o relacionamento institucional do governo com os Órgãos de Controle Externo, com atribuições de identificar e monitorar oportunidades de cooperação entre o Poder Executivo e os Órgãos de Controle Externo; assessorar os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual na formalização de instrumentos de cooperação entre o Poder Executivo e os Órgãos de Controle Externo, entre outras atividades.

Nesse sentido, formalizou um Acordo de Cooperação Técnica junto à Defensoria Pública do Estado (DPE) para criação de um fluxo prioritário de comunicação entre as duas instituições para acelerar o atendimento das demandas dos raros em Minas. Até o momento 12 famílias foram assistidas pelo acordo. No mesmo objetivo, um acordo similar está em fase de estruturação com a Defensoria Pública da União.

Além disso, é importante destacar a participação ativa da Superintendência no Comitê Interfederativo (CIF) para acompanhamento das ações de reparação pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana-MG. As reuniões das Câmaras Técnicas do Comitê ocorrem mensalmente com participação dos Governos de MG e ES, Governo Federal, representantes dos atingidos e dos representantes das empresas envolvidas, para avaliação do andamento das ações de reparação e apoio aos atingidos.